

# “Fazendo Mundos” em Heliópolis: O Jogo Sérió das Micropolíticas de Gênero

**Gislene de Oliveira Rodrigues**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, com ênfase em antropologia e bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP (Processo no. 2015/14620-6), sob orientação de Wagner Xavier Camargo. É pesquisadora do Laboratório das Práticas Lúdicas e Sociabilidade (LELuS) e Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidade (ELKE)

E-mail: giza.rodrigues@live.com

## Resumo

O objetivo deste ensaio é repensar noções estruturais centrais presentes na maioria das culturas ocidentais: o jogo do gênero ou mais especificamente suas multiplicidades. Desse modo pretendo evidenciar práticas alternativas e perspectivas disponíveis como bases de resistência e transformação, ao mesmo tempo em que sujeitos são efeitos de processo de sujeição e resistência à normalização. Pretendo mostrar o

funcionamento desse jogo do gênero em Heliópolis/SP, evidenciando como corpos que pareciam ser dóceis, na verdade tornaram-se potências políticas, a partir de novas formas de subjetivação. Pretendo ainda pensar como a antropologia pode corroborar para o argumento de que a ação humana opera através de um modelo que permite “borrar fronteiras”, podendo ao mesmo tempo fazê-las e desfazê-las.

**Palavras-chave:** ‘jogo do gênero’; agenciamentos críticos; novas formas de subjetivação; antropologia

## Introdução

Como atores sociais, de um modo geral, em um espectro ocidental “decretam”, “resistem” ou “negociam” o mundo que lhes é dado e como o fazem? Esta ação de “fazer” pode reproduzir padrões sociais e culturais? Ou pode produzir algo novo, para distintos atores? É algo nesse sentido o que Sherry Ortner (1996) se questiona no artigo de abertura do seu livro *Making Gender* ao comparar como o termo “making” tem aparecido nos estudos sociais e culturais contemporâneos. O artigo que inaugura o livro carrega uma crítica à teoria da prática a partir de uma perspectiva feminista, minoritária, pós-colonial e subalterna. A autora considera que a teoria confere à prática um arsenal poderoso para mostrar a complexidade da vida social, por sua ênfase na perspectiva do ator e nos modos de reprodução e transformação das relações de poder.

Entretanto, segundo a própria Ortner, teóricos defensores desse arsenal não teriam se esforçado para estabelecer um diálogo com trabalhos produzidos pelo que ela chama de “antropologia engajada”. Sendo assim, lança mão um projeto de unir a teoria da prática e a perspectiva subalterna, o qual implica pensar a questão do poder e a intencionalidade do sujeito. Propõe, portanto, o modelo dos “jogos sérios”, que captaria duas dimensões importantes da vida social: por um lado, como um jogo, essa é construída e organizada culturalmente em termos de categorias que definem atores, regras e objetivos, e consiste em teias de relações entre posições subjetivas, múltiplas e intercambiáveis; por outro lado, há um espaço de agência, isto é, os atores jogam com habilidade, talento e intenção. Esses jogos são “sérios” porque poder e desigualdade estão sempre presentes.

Em seu projeto como uma investigação da agência sob o prisma dos “jogos sérios”, a autora levanta questionamentos sobre essa construção de mundo em que atores que a englobam também são protagonistas intencionados nessa construção, ou melhor, feitura.<sup>2</sup> Esses questionamentos

---

<sup>2</sup> A minha preferência em utiliza o termo “feitura” ao invés de “construção” é devido à reflexão que Ortner (1996) desenvolve em relação ao verbo *making*, em inglês. Em sua

não são estranhos a Heliópolis, uma *quebrada*<sup>3</sup> que se localiza na região periférica da zona Sul de São Paulo, ao menos não ao que se refere à população LGBTI+ que lá habita.<sup>4</sup> Nos anos 1980-90, a favela do Heliópolis era considerada zona de risco para corpos que fugiam da heteronormatividade<sup>5</sup> (particularmente para sujeitos autodesignados gays, lésbicas, bissexuais e travestis). Porém, na atualidade, esses mesmos corpos vistos anteriormente como objetos (re)significaram esse território frente à hostilidade impositiva, lugar em que eram perseguidos e tinham que ser “erradicados”.

Partindo deste cenário instituído, o objetivo central deste ensaio é repensar noções estruturais centrais presentes na maioria das culturas da sociedade ocidental: “o jogo do gênero” ou, mais especificamente, “a multiplicidade dos jogos gênero” (ORTNER, 1996, p. 19. Tradução livre) e seu caráter incompletamente hegemônico, que abre fissuras para outros atores operarem. Desse modo pretendo mostrar o funcionamento desse jogo de gênero em Heliópolis, evidenciando práticas alternativas e perspectivas disponíveis como bases de resistência e transformação, pensando na constituição dos corpos como “laboratórios políticos” (PRECIADO, 2008, p. 246), ao mesmo tempo em que são efeitos de processos de sujeição e controle, tornam-se um campo possível de agenciamento crítico e resistência à normalização.

---

estratégica metodológica e textual aloca no verbo “construir” o sentido mais pesado do termo, e “fazer” o sentido mais leve, para evidenciar quais formas de diferenciações, identidades e posições dos sujeitos são construídas em uma cultura, ideologia ou formação discursiva. A “construção” carrega os signos de uma análise baseada em teorias francesas (Althusser, Derrida, Foucault) com “construcionismos” feitos em voz passiva, através de teorias e não de práticas, havendo diferenças significantes em como os sujeitos são construídos e como operam nesses discursos. O “fazer”, por sua vez, traz a tona o ponto de vista dos atores sociais, como negociam com sua realidade e a constroem, trazendo a possibilidade de produzir algo novo.

<sup>3</sup> Neste texto, excetuando-se palavras estrangeiras, será utilizado o itálico para marcar conceitos nativos enunciados por meus/minhas interlocutores/as de pesquisa.

<sup>4</sup> Passo a adotar a sigla LGBTI+, que traz as já conhecidas letras para demarcar identidades sexuais como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e acolhe o “i” de intersexo. Talvez sigla foi recentemente adotada pela Aliança Nacional LGBTI+, associação que representa tais grupos em âmbito nacional.

<sup>5</sup> Por heteronormatividade entende-se uma estética que leva em conta a heterossexualidade como norma. (BUTLER, 2003).

Para tanto, como respaldo bibliográfico utilizarei as obras de Sherry Ortner, Paul B. Preciado, Michel Foucault e Judith Butler, a fim de evidenciar como a heterossexualidade é construída como um regime político e um dispositivo de controle que produz a diferença entre homens e mulheres, transforma a resistência à normalização em patologia e engendra a sociedade dicotomicamente. E como esforço para teorizar formas que rompem com o laço de reprodução modificando sistemas estruturais, utilizarei dados de campo da minha etnografia sobre “sexualidades dissidentes”<sup>6</sup> em Heliópolis, sob a luz dos teóricos citados anteriormente.

Num primeiro momento apontarei como para alguns teóricos é formada essa construção estrutural, para num segundo momento mostrar como as vivências alteram a norma e fazem/provocam “micropolíticas de gênero” (PRECIADO, 2008). Em última instância, o que pretendo é aproximar uma teoria que discute como corpos e discursos são construídos, igualmente mostrando como por meio de vivências tidas como subalternas (ou abjetas)<sup>7</sup> há alterações na norma vigente. E, sobretudo, interessa-me perceber como a antropologia pode corroborar para o argumento de que a ação humana opera através de um modelo que pode ao mesmo tempo fazê-lo e desfazê-lo.

### *Construindo: considerações sobre gênero e sexualidade na teoria analítica*

Michel Foucault (1997a) já nos mostrou que a repressão dentro de um sistema estrutural desde a época clássica foi o modo fundamental de ligação entre saber, poder e sexualidade. O autor francês se propõe a analisar certo tipo de saber sobre o sexo não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder. A sexualidade aparece como um ponto de

---

<sup>6</sup> Refiro-me aqui ao termo “dissidentes” por entender que são sexualidades discordantes com as expressões normatizadas de prazer e expressão sexual, baseadas na heterossexualidade como norma. O termo “sexualidades dissidentes”, no entanto, surgiu a partir dos escritos de Gayle Rubin (1975), que o utilizou para tratar das sexualidades que estavam à margem (fora do tomado como legítimo, legal e aceitável): as não reprodutivas, as homossexuais, as fora do casamento, as pornográficas, as sadomasoquistas, etc.

<sup>7</sup> Partilho a ideia de corpos objetos de Judith Butler (2000): são corpos que não importam; são ininteligíveis para maioria da sociedade e não têm uma existência legítima; são, sobretudo, uma figura indistinta e sem conteúdo, algo que não se tornou real.

passagem denso das relações de poder, sendo não o mais rígido, porém o dotado da maior instrumentalidade, usado no maior número de manobras, podendo servir de apoio e articulação das mais variadas estratégias. Sendo assim, a sexualidade é um foco privilegiado para a construção da subjetividade da nossa sociedade ocidental moderna.

Retomando discussões foucaultianas nesse sentido, Butler (2000) considera a categoria do sexo como sendo um “ideal regulatório”, não funcionando apenas como uma norma, porém também compondo uma prática reguladora que produz corpos que governam, uma prática regulatória como uma espécie de poder produtivo, que produz uma relação a se padronizar, com o poder de marcar, demarcar, diferenciar os corpos que essas práticas controlam. O sexo é, portanto, um “ideal regulatório” em que sua materialização é imposta e controlada por certas práticas reguladoras. Assim, o sexo, não é apenas uma condição material do corpo ou um tipo de construto discursivamente criado, e sim é em si um processo pelo qual normas regulatórias o materializam, produzem-no, fabricam sua materialização, através de uma reiteração forçada dessas normas.

O sexo, para a autora, nada mais é do que um produto dessas normas, as quais precisam ser constantemente reguladas; e isso se deve pelo fato de que essas produções nunca se realizam por completo. A cada reiteração dessas forças abrem-se espaços para novas forças, novas ordens que desafiam esse “ideal regulatório”.

Butler (2000) argumenta que a performatividade de gênero está diretamente relacionada com a concepção de materialização dos corpos, sendo assim as normas regulatórias do sexo performatizam a materialização dos corpos dentro desse “ideal regulatório” heterossexual. Essa materialidade seria, então, o efeito mais produtivo do poder. Desse modo, as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa, através de uma prática reiterativa e referencial pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia, para materializar o corpo, e, especificamente, a diferença sexual. Entretanto, não se pode entender o gênero somente como um constructo cultural. Esse jogo de materialidade

que produz inteligibilidade aos corpos é uma norma pela qual alguém se torna viável, o que qualifica o corpo pela vida dentro do imperativo heterossexual.

O que pretendo analisar no tópico seguinte, a partir do meu trabalho de campo, é como agem essas construções em outros âmbitos, e como corpos que pareciam ser dóceis para Foucault, na verdade se tornaram potências políticas, dotados de diversas possibilidades de criar novas formas de subjetivação (PRECIADO, 2008).

### ***Making (fazendo): considerações sobre gênero e sexualidade via trabalho de campo***

Ao falar da “favela” com foco nos sujeitos LGBTI+, as dimensões desse território<sup>8</sup> (assim como sua extensão) consistem nas negociações que meus/minhas colaboradores/as de pesquisa travam com o local. As estratégias que moradores/as gays, lésbicas e travestis do Heliópolis se utilizavam, ora de itinerância (se deslocando principalmente para zonas centrais da cidade de São Paulo), ora de permanência (no *fronte* da luta por espaço e reconhecimento dentro da comunidade)<sup>9</sup> conferiam outro tom para as análises. Resistindo a uma série de perseguições às “homossexualidades e trans/travestilidades”, designações sob as quais esses corpos eram vistos como objetos, os corpos encaravam

---

<sup>8</sup> A tradicional “Escola de Chicago” – uma vertente da sociologia americana que teve como auge o período entre 1930-1950 e com um legado que se expandiu para as ciências sociais em geral, sendo até hoje referenciado – trouxe como problema sociológico territórios marginais dentro de uma chave interpretativa sobre o “gueto”. Na discussão sobre questões LGBTI+, os “guetos” já foram tematizados e bastante estudados dentro das Ciências Sociais. Trabalhos mais atuais, como de Camargo e Rial (2011) que ressemantizam o “gueto” em competições esportivas de sujeitos LGBTI+, ou de Isadora França e Júlio Simões (2005) e Néstor Perlongher (2008), que o criticam e discutem suas dimensões, ou ainda mais antigos, como os de Barbosa da Silva (2005) e Edward MacRae (1983), que tomam o “gueto” como local por excelência de encontro entre sujeitos “homossexuais”, estão na esteira das referências bibliográficas úteis para entender seus (des)dobramentos, mas o qual não irei me aprofundar neste ensaio.

<sup>9</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre meus/minhas interlocutores/as de pesquisa, as conquistas do espaço e as divergências de pontos de vista consultar meu artigo (RODRIGUES, 2017) publicado no dossiê de experimentações etnográficas pela revista Florestan Fernandes.

discriminações e (múltiplas) violências por não estarem dentro dos padrões de sexualidade normativos e estabelecidos nos códigos da “favela”.

O mais notável é que a resistência fez com que alguns desses mesmos sujeitos habitassem a “favela”, alterando a lógica hostil, vigente no local. Se antes a repressão, o medo, a proibição eram elementos que os colocavam em movimento, deslocamento para outras localidades de São Paulo, na atualidade há práticas políticas diferentes em sua permanência.

Em campo, esse passado de “expulsão” se figurou através do regaste da memória dos/as meus/minhas interlocutores/as mais velhos/as sobre a “favela”, a sexualidades indesejadas e seus corpos agredidos. O tom da fala sempre era marcado por um amálgama entre “lamento e ressentimento”, mas também orgulho por uma “conquista física” de um espaço outro da cidade. As *quebradas*, em um passado não tão distante (e que se atualizava através dos discursos), eram truculentas para esses moradores, que não eram tratados como pessoas. Relatos sobre espancamentos e mortes de homossexuais faziam parte do cotidiano da comunidade. Frases como “Viado aqui não mora”, “Se ficar na minha favela vai morrer”, eram enunciadas por grileiros, homens que vendiam e alugavam terras no Heliópolis. Eles se designavam responsáveis (administradores) da “favela”, já que não eram espaços legais e juridicamente instituídos para se viver. Eram eles quem regulamentavam as terras e instauravam uma certa ordem de acordo com sua conveniência. No caso, não fazia parte de suas lógicas a presença de homossexuais e pessoas transexuais naquele lugar.

A partir da análise dos meus dados de campo, principalmente de conversas com moradoras/es mais antigos da favela que presenciaram essa (con)formação truculenta do território, vejo que essa proibição da homossexualidade e da transexualidade desenleou algumas estratégias e práticas de resistência. Como narra uma de minhas principais interlocutoras, e também liderança na comunidade, Clô<sup>10</sup>, uma travesti de meia idade que estava presente desde o início da ocupação de Heliópolis e foi um dos principais alvos de perseguição no início da “favela”.

---

<sup>10</sup> Os nomes dos/das interlocutores/as da pesquisa foram alterados por questões éticas.

Essas estratégias começaram primeiro como um movimento autônomo, por assim dizer. Clô me disse que algumas vezes era necessário “casar” para não haver desconfiança: “os homossexuais daqui eram casados: as lésbicas com homens e os gays com mulheres”. Esse recurso do casamento não se configurava necessariamente nos modos tradicionais, pensados pela sociedade (com a consumação do ato sexual) e “era mais como duas amigas morando juntas”, contou-me Clô; o importante era manter o “teatro”, para que ninguém desconfiasse, e tais sujeitos passassem despercebidos. E assim começaram reuniões, um tanto quanto clandestinas, a fim de se armarem “em busca de direitos”.

Mediante a esse desejo, Clô voltou a estudar e, enquanto cursava a 5ª série (atualmente 6º ano), conheceu Márcia, uma das fundadoras da UNAS<sup>11</sup>, a qual cursava a 4ª série (hoje 5º ano). Foi nesse encontro potente que Clô começou a se engajar nos projetos para a comunidade e lutar pela permanência dos que, antigamente, saíam, migravam para o centro da cidade. Mas não bastava somente ela: era necessário arrastar consigo seus pares para serem mais fortes. Menciona que trabalhar contra a homofobia (conceito então não existente na época) não era fácil e continua não sendo nos dias atuais, mas que é irrevogável as conquistas e méritos obtidos na trajetória:

a transformação em Heliópolis aconteceu por um povo que se uniu, a maioria analfabeto, mas um povo consciente, que lutou por formação [política e educacional], saber da questão legal da comunidade, entender seus direitos pra lutar por eles e, isso é um dos principais elementos que forma um povo que luta, a união, querer se ajudar, e fortalecer seus pares”.

(Entrevista com Clô, julho de 2016).

Assim como aponta Daniel Borrillo (2010), a homofobia agrega em sua expressão sentimentos de repulsa e/ou hostilidade por pessoas que tem desejo por outras do mesmo sexo. Levando a cabo uma repulsa por esse ser que é alocado em uma posição do inferior ou de anormalidade, alimentando uma lacuna constitutiva de um ideal e um real. Há uma

---

<sup>11</sup> União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região. “É uma entidade sem fins lucrativos decretada de utilidade pública federal, surgiu em meados dos anos 1980 da luta dos moradores da comunidade de Heliópolis, pelo direito à moradia e posse da terra” (www.unas.org.br).

“naturalização da homofobia”, por assim dizer, através dos dispositivos de poder vinculados aos aparatos científico-jurídico-pedagógico-político – como também mostra Foucault (1997a; 1997b) –, desencadeando uma desigualdade de acesso a recursos seja de ordem jurídica, econômica, sociais ou culturais. Além do que, segundo o autor, a homofobia engessa a expressão de desejos e comportamentos homoafetivos, visto que há um rechaço a toda e qualquer manifestação visível deste.

Através da análise do autor sobre homofobia e na esteira de meus dados de campo, é possível ver que a homofobia e também a transfobia são algo instaurado na estrutura social, porém, estruturas são passíveis de mudanças. Por mais que haja dificuldades, seria possível se traçarem políticas do corpo, da sexualidade, do desejo, modificando as relações de poder que perpassam tal estrutura. Ou, como coloca Paul B. Preciado (2008), micropolíticas de gênero para minar as certezas instituídas pelo binarismo de gênero prevalente das sociedades ocidentais. Com a articulação entre Clô e Márcia nasceu o movimento LGBTI+ *Helipa*, como um projeto da UNAS. Naquele momento o formato não era o de hoje, mas já tinha, como me relataram, grande foco na politização de moradores/as, e tratavam a informação como uma das principais táticas para mobilizar as pessoas que viviam na “favela”. Um dos principais lemas era “não podemos ser massa de manobra, tem que ser pensante, um ser político”, como frisaram várias vezes Clô e Márcia.

Embora quisessem politizar toda a comunidade, sabiam que a probabilidade disso acontecer via associação de moradores era mínima, assim outras alianças foram negociadas, por exemplo, melhorias e resultados para a população que vivia naquele território. Com isso asseguraram sua posição de benfeitores, muitas vezes aclamados como “anjos” pela comunidade. Dessa forma, pouco importava algumas questões que de grande peso político perante os movimentos sociais, como chamar uma travesti pelo artigo feminino ou masculino, por exemplo. O importante eram os signos de respeito, admiração e poder que essa travesti carregava consigo.

Essa conversa de anjo, de santo protetor, não é como eu me sinto não, isso é como a comunidade me reconhece. Eu me sinto como cidadão lutando por melhorias pra comunidade; cumpro meu dever junto com um grupo de pessoas, sem cada um da associação a gente não consegue mostrar que lá tem gente, lá tem povo. Porque o que a gente tá acostumado a ouvir é 'a favela é lugar de bandido, a favela é lugar de marginal', êpa, pera aí! Não é não! Aqui 99,9% é trabalhador, é gente boa, gente honesta e sofrida, que trabalha de sol a sol pra ter o que comer. Aí não sobra tempo dessas pessoas luta por políticas públicas na comunidade, aí que a gente entra!

(Entrevista com Clô, agosto de 2016).

Ela não é respeitada somente por ser travesti, ou por ter conquistado seu espaço na "favela", mas pelas negociações e feitos que realiza para a comunidade. O importante são as novas creches que foram feitas, os novos centros culturais, os parques, as bibliotecas; é necessário jogar também com os signos que têm valor para a comunidade, que dão a sensação de pertencimento, o orgulho de morar no Helipa.

### Construindo e fazendo: considerações finais

Ao fazer essa aproximação entre o "construir" e o "fazer" tentei evidenciar um modelo de prática o qual Ortner (1996), argumenta para ser encarado como um jogo sério, que pretende captar simultaneamente a dimensão de que a vida social é culturalmente organizada e construída, em termos de definição de categorias de atores, regras e objetivos dos jogos; mas que também a vida *social* é precisamente *social*, ou seja, constituída por teias de relacionamentos e interações, que não podem ser extraídas como "agentes" autônomos, pois os atores jogam com intenção, conhecimento e inteligência.

A contribuição da antropologia vem da explicitação de práticas alternativas de resistência. Ou como tento mostrar com meu trabalho em Heliópolis, como esses corpos, transformam e fazem (*making*) o seu mundo, alterando um ambiente hostil para corpos que fogem do imperativo heterossexual, para um local em que esses atores, que antes tinham que ser erradicados, agora travam negociações com o espaço, constroem alianças, motivados por um desejo de viver com determinado corpo, e ter uma vida afetivo-sexual homo-orientada.

Como dito anteriormente, o propósito desse ensaio foi mostrar o funcionamento desse jogo de gênero em Heliópolis: as inclusões e exclusões, posições múltiplas, regras complexas, formas de atividade corporal, estruturas de sentimento e desejo, apostas de ganhar, perder, ou simplesmente jogar. Para pensar também como os jogos colidem entre si, são cercados, dobrados a serviço um dos outros. E principalmente evidenciando um sujeito intencional dentro desse jogo, para não cairmos em formas de agenciamentos livres e voluntárias, como forma de contribuição da antropologia para estudos de gênero e sexualidade.

### Referências Bibliográficas

BORILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira L. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 151-166.

\_\_\_\_\_. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmen Silvia. **Competições esportivas mundiais LGBT: guetos sexualizados em escala global?** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 3, 2011. pp. 977-1003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997a.

\_\_\_\_\_, Michel. **A Vontade de Saber**. In: \_\_\_\_\_. **Resumos dos Cursos no Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, pp. 09-16. 1997b.

GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.

MACRAE, Edward. **Em defesa do gueto (1983)**. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (Org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005. pp. 291-308.

ORTNER, Sherry. **Making gender – toward a feminist, minority, postcolonial, subaltern, etc., Theory of Practice**. In: ORTNER, Sherry. **Making Gender – The politics and erotics of culture**. Boston: Beacon Press, 1996. pp. 01-20.

PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui.** Madrid: Espasa, 2008.

RODRIGUES, O. Gislene. Políticas do Desejo: um experimento etnográfico com homossexuais e transexuais na favela do Heliópolis. **Revista Florestan Fernandes**, São Carlos, v.6, n.4, 2017. pp. 70-85.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: notes on the 'Political Economy' of sex. In: REITER, Rayna Rapp (ed.). **Toward an anthropology of women.** New York and London: Monthly Review Press, 1975. pp. 157-210.

SILVA, José Barbosa. Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (Org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2005. pp. 40-212.

SIMÕES, Júlio; FRANÇA, Isadora Lins Do 'gueto' ao mercado. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (Org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2005. pp. 309-336.